

EDcl na TutPrv no RECURSO ESPECIAL Nº 1.810.326 - MT (2019/0111886-0)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
EMBARGANTE : ANTONIO CARLOS FELITO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : A. K. F. ROMERO TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : COMERCIO DE COMBUSTIVEL IPANEMA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : N. M. FELITO & CIA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : COMERCIO DE COMBUSTIVEIS JACIARA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : IPANEMA DIESEL LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : ANTONIO CARLOS FELITO EM - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : NEIDE MONFERNATTI FELITO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : ROMERO AGRICOLA LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : ANDREIA KATIA FELITO ROMERO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : MARA RUBIA FELITO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : WELLINGTON DE ARAUJO CASTRO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : WELLINGTON DE ARAUJO CASTRO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
EMBARGANTE : CARLA ADRIANA FELITO - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : MARCELLE THOMAZINI OLIVEIRA PORTUGAL E OUTRO(S) - MT010280
MARCO AURÉLIO MESTRE MEDEIROS - MT015401
EMBARGADO : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : MARIO CEZAR DE ALMEIDA ROSA - DF027904
DEIVISON VINICIUS KUNKEL LOPES DE SOUZA - MT0146900
AMANDA CARINA UEHARA PAULA DE LARA - MT021387B

DESPACHO

A medida de urgência requerida por ANTONIO CARLOS FELITO E OUTROS (ANTONIO CARLOS E OUTROS) objetivou *atribuir efeito suspensivo ao RECURSO ESPECIAL protocolizado nos autos do Recurso de Agravo de Instrumento n. 1012794-63.2017.811.0000, oriundo do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, cujo acórdão proveu as razões recursais do BANCO DO BRASIL S/A* (e-STJ, fl. 4.089).

Porque ausentes ambos os requisitos indispensáveis à concessão do pleito, a liminar postulada foi indeferida.

Com a petição de fls. e-STJ 4.825/4.839, ANTONIO CARLOS E OUTROS interpuseram embargos de declaração nos quais sustentaram a ocorrência de

omissão, porque a decisão embargada *não observou as razões do Recurso Especial interposto contra o acórdão do egrégio Tribunal de Justiça de Mato Grosso, está em consonância com as orientações jurisprudenciais geradas pelo precedente desta egrégia 3.ª Turma*, além de não ter sido analisada a existência da divergência jurisprudencial retirado (sic) do acórdão recorrido que há sólidas e concretas jurisprudências no sentido de possibilitar ao produtor rural ao ingresso (sic) na recuperação judicial.

Requereram, alfim, o acolhimento dos embargos, *conferindo-se o efeito suspensivo contido no § 1º do art. 1.026 do Código de Processo Civil* (e-STJ, fl. 4.837).

Foi apresentada impugnação aos embargos (e-STJ, fls. 4.842/4.844).

Este, em síntese, o relatório.

De acordo com o art. 6º do NCPC todos os sujeitos do processo devem cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

É o dever de cooperação.

Assim sendo, para evitar que seja proferida decisão de surpresa a que alude o art. 10 do referido Código, e tendo em conta os fundamentos da decisão proferida, os argumentos apresentados nos presentes embargos a impugnação apresentada e a existência de parecer do Ministério Público Federal no sentido do não conhecimento do recurso especial (e-STJ, fls. 4.802/4.823), manifestem-se ANTONIO CARLOS E OUTROS no prazo de 5 (CINCO) dias sobre se pretendem insistir com os embargos de declaração, considerando o que disposto no art 1.026, § 2º, do NCPC, notadamente o valor envolvido na causa que ele próprio indicou na inicial à fl. e-STJ nº 4.095.

Cumpre prevenir que o silêncio será interpretado como desistência.

Publique-se.

Brasília, 12 de junho de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO
RELATOR